

O FUNCIONAMENTO DA INQUISIÇÃO NO GRÃO-PARÁ POMBALINO

Resenha: MATTOS Ylan de. *A última inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1750-1774)* São Paulo, Jundiaí. Palco editorial, Edição:1ª Publicação-Setembro/2012, 252p.

Aline da Silva Cerqueira

Mestranda em História Social pelo programa de Pós-graduação da
Universidade Federal da Bahia-UFBA

O livro *A Última Inquisição: os meios e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1750-1774)* retrata a última visitação do Santo Ofício ao estado do Grão-Pará, ou seja, a última visitação às terras da América Portuguesa. O autor aborda o funcionamento da Inquisição e a relação do Tribunal do Santo Ofício com o projeto pombalino. Desse modo, o livro não analisa os casos de feitiçaria, moralidade, bigamia e outros delitos considerados pela Inquisição Portuguesa. Este estudo parte das análises das relações políticas institucionais entre a administração colonial e o bispado do Grão-Pará. Principalmente do pressuposto de que a inspeção do Tribunal serviu ao projeto pombalino e para isso utiliza-se de algumas questões pontuais sobre a última visitação do Santo ofício ao Grão-Pará.

Ylan de Mattos é professor no departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Gama Filho, mestrado em História Social, na Universidade Federal Fluminense e doutorado em História Moderna na Universidade Federal Fluminense. Trabalha como docente e pesquisa na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil, Europa Moderna, Inquisição, Religião e Religiosidade Educação e Avaliação Escolar.

Mattos elege as visitações paraense e compreende localmente os meios e funcionamento da inquisição, este estudo vai além de uma história institucional. Assim, o autor demonstra que o tema ainda não estava totalmente “fatigado” na historiografia e aparentemente inatingível a uma produção historiográfica permeada de valores. Mattos, a partir da sua construção analítica abarcou questões distintas. Na minúcia, apresenta uma narrativa arquitetada sobre aspectos diferenciadores da última visita inquisitorial na América Portuguesa, usa uma estratégia de pesquisa direta que se relaciona com o legado intelectual dos Annales.

O empreendimento do autor, organiza-se a partir do mote de chegada das pesquisas realizadas no Brasil nos anos 80. Lembrar-se de Ronaldo Vainfas, que evidencia as suas pesquisas dentro de um quadro do debate historiográfico das décadas de 1970 e 1980, estabelecendo escalas de observação e pressuposto distinto. Mattos, se aproxima muito desse tipo de problemática historiográfica ao utiliza-se da documentação inquisitorial. Atribuí e fornece uma análise efetiva, possibilitando o leitor compreender elementos interessantes que até o momento não foram abordados pela historiografia.

A esse ponto discute sobre os diversos conflitos que ocorreram na construção do projeto pombalina, sem dúvida alguma, surge no conjunto da obra uma certeza metodológica, através da análise dos comportamentos e atitudes das classes que fornecem indicações sobre a realidade do Grão-Pará pombalino. É justamente pelo emblema dos campos historiográfico do Brasil colonial que o resultado do seu estudo pode ser compreendido a partir das diversas construções intelectuais, perspectivas, continuidade e possibilidades.

O livro encontra-se dividido em introdução e mais três partes que compõem a dimensão de 230 páginas. *A última Inquisição: os meios e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1750-1774)* resultado da dissertação de mestrado defendida por Mattos na Universidade Federal Fluminense. Na introdução o autor narra o cortejo inquisitorial, apresentando alguns aspectos da hierarquização da sociedade e, sobretudo, a advertência que o Tribunal da Inquisição tinha chegado àquela localidade. Portanto, a última Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará relaciona-se à subserviência deste Tribunal e do visitador ao projeto pombalino.

O historiador utiliza documentos escritos como correspondências, alvarás, processos inquisitoriais, bula *Copiosus*, entre outros documentos encontrados nos Arquivo da Cúria Metropolitana - Arquidiocese de Belém (ACM-PA), Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto resgate, Arquivo histórico do Itamaraty, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Pará, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Centro Cultural de Formação Cristã, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, além de outras fontes impressas e referências bibliográficas.

A primeira parte do livro *O Grão-Pará no projeto pombalino: Estado e Igreja é* dedicado a pensar as transformações ocorridas no Grão-Pará a partir da máquina administrativa portuguesa. E analisa as mudanças políticas ocorridas no período. Dessa forma, caracteriza os atos dos agentes e a máquina administrativa. Mattos apresenta de forma enfática as ações das diferentes personalidades como Mendonça Furtado, bispo Bulhões e Souza, e as do frei João de

São José Queirós, Manuel Bernardo, Fernando da Costa Teive, com argumentos que demonstram como esses agentes foram contribuídores e recriaram o projeto pombalino.

Narra-se, a presença dos agentes da administração portuguesa, sendo fundamental para a concretização de um projeto pombalino no Grão-Pará, incluindo suas atuações marcadas com um forte poder de negociação, principalmente quando esses estavam à frente da máquina administrativa. O autor argumenta que através das correspondências do bispo e nas *instruções régias* de Mendonça Furtado, o projeto de colonização teve caracterizado nas ações desses agentes. No entanto, o livro deixa transparecer que isso não significa que esse projeto colonizador estava pronto e determinado nesse momento, e que também não foi Pombal quem o determinou.

Sobre esse prisma, vai se encaminhando para uma reflexão acerca de como foi construído o projeto pombalino. Segundo o autor é necessário pensar que entre a teoria política e a necessidade prática que se construiu o projeto. Conforme salienta “só se pode compreender o projeto pombalino e a própria visitação inquisitorial se a análise for empiricamente observável, referenciada pelo contexto histórico”.

Nota-se a preocupação do autor em relacionar os acontecimentos acerca das aldeias indígenas, a principal fonte de povoação, sendo que os padres da Companhia de Jesus tiveram um papel fundamental nesse processo. Por meio, das ordens religiosas os índios seriam catequizados, fortalecendo os ensinamentos catequizadores. Os Jesuítas foram elementos mediadores da sociedade que garantiam o diálogo entre os portugueses. Os regulares tinham o papel de recusar em repartir os indígenas com os demais colonos, além de monopolizar o comércio das drogas do sertão. Afirma que um dos jesuítas, João Daniel, em discordância com o Tratado de Madrid, chega a sugerir a divisão do território da colônia em duas áreas. Também os cuidados com os índios eram o desvelo com o território, pois se incentivando o povoamento pelas aldeias garantia-se a mão-de-obra e a consolidação do Tratado de Madri.

Assim, as questões relatadas no primeiro capítulo direcionam o leitor a pensar como a hierarquia social no Grão-Pará ocorreu a partir do *Diretoria dos Índios* e o projeto colonizador pombalino foi sendo consolidado. Conforme salienta Mattos, o território do norte da Colônia foi mantido de acordo com os limites estabelecidos no Tratado de Madri; o poder paralelo dos jesuítas foi dizimado e os das outras ordens submetidas, pelo menos em teoria, ao poder régio. Conforme Yllan de Mattos explica:

O projeto foi ambivalente: temporal e religioso; regalista e católico; nele, ambos convergiam no objetivo de afirmar a autoridade régia. O Diretório dos índios foi um desdobramento

dos conflitos com as ordens religiosas, mas também um efetivo plano de colonização com a finalidade geopolítica de converter os índios ao cristianismo, ao mesmo tempo em que os transformava em vassallos do rei. (MATTOS, p.74)

O projeto pombalino foi o resultado das necessidades portuguesas e coloniais e também das ações políticas. O autor acrescenta que o projeto pombalino nunca foi fechado e acabado em circunstância totalmente estática. Porém, conseguiu adaptar-se ao longo da administração de Mendonça Furtado e dos governadores seguintes, realizando o projeto de acordo com as práticas cotidianas. O projeto foi marcado pelos conflitos com os jesuítas e as outras ordens, mas também com a manutenção do território e da vassalagem do ameríndio ao monarca. Nessa perspectiva, o livro de Ylan de Mattos direciona para a necessidade de pensar as práticas que constituíram o projeto pombalino.

A segunda parte, intitulada *Inquisição pombalina, inquisição domesticada* analisa as transformações do Santo Ofício durante o reinado de Dom José I, discute-se as relações da Inquisição com o ministério pombalino, além das ações de dom Luiz da Cunha. O autor argumenta que a Inquisição, mesmo com baixa interferência nas relações de poder e no jogo político do reino, controlava o cotidiano, regulando e agindo contra os erros de fé. A Inquisição era um instrumento cujo funcionamento poderia servir e muito aos interesses de Portugal.

Outro aspecto ressaltado são as reformas pombalinas da Inquisição a exemplo do *Testamento Político*, uma das obras políticas mais lidas e conhecidas no Portugal da segunda metade dos setecentos. No *Testamento Político*, percebe-se a ideia de dessacralização da sociedade portuguesa. Dom Luís da Cunha age como político ao substituir a moral e a organização operacional do mundo tradicionalmente cristão.

Entende-se que as reformas pombalinas foram fruto das necessidades portuguesas, bem como sua ação política constituiu-se em um contexto histórico específico marcado pelos conflitos com algumas instituições e indivíduos. Nessa perspectiva o autor ao abordar de forma diferenciada a maneira como a concepção teórica do regalismo à política pombalina seguiu subordinando as demais esferas de poder que teriam jurisdição própria, mas legitimidade garantida somente pelo monarca. Esse assunto foi crucial para o estabelecimento dessas ações inquisitoriais.

No livro, registra-se também o plano de colonização, as questões apresentadas são fortemente direcionadas aos aspectos peculiares sobre a forma como Pombal orientou a ação dos quatro bispos do Pará. Um deles era frei João de São José Queirós, que realizou duas Visitas

Pastorais, mas ficou no Grão-Pará e retornou em 1764 – quando tomou posse o vigário capitular e visitador do Santo Ofício, Giraldo José de Abranche.

O autor Yllan de Mattos ressalta que Miguel de Bulhões foi fundamental para a política pombalina. Com seu conhecimento, agiu e inspirou a adaptação das regras metropolitanas à prática da realidade colonial. João de São José Queirós, diferentemente, discordava dos preceitos pombalinos, Crítico obstinado dos jesuítas não confirmou o projeto, mas reafirmou certa autonomia e cometeu desajustes inaceitáveis para a época da expulsão dos inacianos. Em conformidade com o tempo, os bispos eram agentes da política.

Na terceira e última parte é apresentado de forma consistente: “*O teatro da Inquisição: a Visitação ao Estado do Grão-Pará*”. Nele, o autor refere-se à construção da atuação inquisitorial utilizando algumas personalidades como José de Abranche, Joaquim Romero Magalhães e Jean-Pierre Dedieu para classificar e direcionar o leitor às diversas formas das ações inquisitoriais presentes no Grão-Pará. Primeiramente, parte da análise da organização institucional, seus agentes e espaços ocupados e, concomitantemente, os ritmos da atividade persecutória e tipos de crimes perseguidos que foram condenados nesse emaranhado de organização do Tribunal do Santo Ofício.

O Santo Ofício contou com uma rede de agentes formais, civis e eclesiásticos, conhecidos como comissários e familiares. O livro direciona nesse sentido uma análise que demonstra que mesmo antes do José de Abranche chegar ao estado do Grão-Pará, a Inquisição Portuguesa já estava bem organizada e atuante. Nesse contexto, o autor refere-se como a Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará relaciona-se à submissão deste Tribunal e do visitador ao projeto pombalino.

Finalmente, aborda as questões relacionadas a Visitação do Santo Ofício ao estado do Grão-Pará, observando as relações políticas-institucionais. Destaca-se, na análise de Mattos, que as devassas inquisitoriais e pastorais como as civis concorriam e se complementavam para um melhor conhecimento do Estado do Grão-Pará. Todos esses agentes estariam integrados, intimamente, com o projeto pombalino. Todavia, servindo a este projeto pombalino, a Inquisição agiu, doravante, conforme seu ritmo, ouvindo denúncias, abrindo inquéritos, processando, admoestando e, ocasionalmente, enviando a Lisboa.

A obra de Yllan de Mattos pode ser considerada importante para a historiografia brasileira, visto que, traz uma nova perspectiva. Foi possível rastrear leituras e discursos sobre a última atuação da Inquisição no Grão-Pará, podendo trazer aspirações para a figura do leitor compreender variabilidade dos aspectos históricos e social, ou seja, poder-se-á ligar os

indivíduos a uma sociedade. Todavia, avaliamos que o conhecimento da história colonial é de fato dinâmico e complexo. Muitas vezes apresenta limites e coloca-se implícito uma série de questionamentos sem respostas. Como bem salienta o autor: “ Todo discurso apresenta e esconde; manifesta e oculta. Não existe fonte que expresse a realidade tal como ela aconteceu”. (Mattos, p.193)

O livro possibilita o leitor a pensar como as imbricações entre Estado e Religião se faziam presentes em grande parte da América Portuguesa. O esforço do autor em elucidar, por meio de ampla pesquisa documental, trazendo à tona variadas fontes, cuja importância se dá na perspectiva de uma análise diferenciada. Enfim, estamos diante de uma análise importante para os que querem se aprofundar sobre a atuação da Inquisição e os seus funcionamentos. Assim, essa obra possibilita aos pesquisadores do tema e ao público em geral pensar como as ações do Tribunal do Santo Ofício estiveram intensamente presentes na América Portuguesa.